

REFLEXÕES SOBRE A NOVA BNCC E AS TEORIAS CURRICULARES

REFLECTIONS ON THE NEW NATIONAL CURRICULUM AND CURRICULAR THEORIES

Joice Pereira Soares 1
Letícia Ramalho Brittes 2

Resumo: Tendo em vista que recentemente o Brasil viveu um período de reformas políticas muito significativas, incluindo na área da educação, como a Reforma do Ensino Médio e a implantação de uma Base Nacional Comum Curricular, imposta em todo o território nacional, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre as teorias de currículo, e os possíveis impactos na adoção de um currículo único para o vasto e diverso território brasileiro. A pesquisa será qualitativa, do tipo bibliográfica, levando em consideração o materialismo histórico dialético desenvolvido por Karl Marx, pois as reflexões são feitas tendo como base o contexto histórico e o momento político singular que o país vem vivendo desde as conturbadas eleições de 2014, será adotada também a Análise de Discurso da Escola Francesa. Os resultados da pesquisa apontam que a nova BNCC, fortemente defendida pelo empresariado brasileiro, fomenta a teoria tradicional de currículo, sendo, portanto, um instrumento de manutenção da hegemonia, uma vez que não dialoga com a luta para a superação das desigualdades sociais, tão marcantes na nossa sociedade.

Palavras-Chave: BNCC. Teorias de Currículo. Aprendizagem Significativa. Educação Emancipatória.

Abstract: Considering that Brazil has recently experienced a period of significant political reforms, including in the education field, with the mandatory Reform of High Schools throughout the country and the new National Curriculum (BNCC), this study aims to reflect on curriculum theories and their possible impacts, particularly in the adoption of a uniform curriculum for the vast and diverse Brazilian territory. The study consists of bibliographic research with a qualitative approach. It draws on the dialectical historical materialism developed by Karl Marx to analyze reflections within the historical context and the unique political landscape that emerged following the 2014 contentious elections. Additionally, the study employs French School Discourse Analysis. The findings indicate that the push for a unified curriculum, strongly advocated by the Brazilian Market, aligns more closely with traditional curriculum theories. Consequently, it serves as an instrument to perpetuate hegemony, as it fails to dialogue with the struggle to overcome social inequalities that are strongly prevalent in our society.

Keywords: Reform of High School (BNCC). Meaningful learning. Education for freedom.

-
- 1 Licenciada em Letras-Português e respectivas literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Língua Portuguesa e Gestão Escolar. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – IFFar.. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8002049042243215>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2523-5286>. E-mail: joice.soares@prof.santamaria.rs.gov.br
 - 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciada em Letras Português-Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente Professora EBTT do Instituto Federal Farroupilha. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5104573307305494>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0279-2713>. E-mail: leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br

Introdução

O Brasil vive um contexto político bastante conturbado desde as eleições de 2014, uma eleição acirrada da qual saiu vencedora a candidata à reeleição Dilma Rousseff, entretanto o bloco derrotado não aceitou bem o resultado das urnas e, pouco tempo após o pleito, deu início a uma série de eventos que culminariam no impeachment da presidente eleita. Em 31 de agosto de 2016, o impeachment foi concretizado, já em 22 de setembro de 2016, o presidente que assumiu o “mandato tampão” apresentou, em forma de Medida Provisória, uma profunda reforma para o Ensino Médio, seguida de uma nova Base Nacional Comum Curricular.

Sendo assim, devido ao momento tão conturbado na política nacional e a celeridade com que reformas tão significativas foram impostas, é importante refletir sobre os interesses por trás dessas mudanças e as possíveis implicações que essa reestruturação pode trazer para a formação dos jovens brasileiros.

Por se tratar de um assunto de interesse de toda a sociedade, mudanças na área educacional, é de evidente importância o debate acadêmico sobre as motivações e as implicações nas quais tais medidas podem acarretar, principalmente em espaços de pesquisa na área de educação. A problemática trazida neste artigo se baseia justamente nessa imposição por um currículo único, que não dialoga com as diversidades nacionais, as implicações que tais imposições podem trazer numa educação que deveria ser pautada pela superação das desigualdades sociais, as quais são muito marcantes no nosso país.

Torna-se muito importante refletir sobre os interesses que estão por trás de uma Reforma de ensino e de uma BNCC feita às pressas e imposta sem o devido debate. Mudanças assim não costumam ser pensadas em prol, necessariamente, das camadas sociais menos favorecidas. Deve-se buscar os agentes e as ideologias que estão por trás das mudanças para construir uma resistência sólida quando a educação é usada para a defesa de interesses escusos.

Por isso, como objetivo geral, o presente artigo almeja desmascarar os interesses que pautam a nova BNCC apresentada, também é importante entender quem são os atores de sua formulação, em que se baseia e quais as justificativas apresentadas para, assim, problematizá-las. Para tanto é importante ter como base as teorias de currículo conhecidas, a saber: Tradicional; Crítica; Pós-Crítica.

Nos espaços acadêmicos que trabalham com educação, é de suma importância refletir sobre os caminhos que norteiam a formação das crianças e jovens brasileiros, haja vista a importância do tema para a sociedade. Como afirma o maior teórico brasileiro da área “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade não muda” (Freire, 2000, p. 67).

A próxima seção apresenta a Metodologia escolhida para esse artigo, bem como sua justificativa. A terceira seção traz o desenvolvimento, que será iniciado pela apresentação do contexto político que abriu caminho para a implementação das mudanças educacionais, seguida de discussões acerca da Nova BNCC, por fim, uma reflexão sobre as teorias de currículo. Para fechar o trabalho, será apresentado um capítulo de Conclusão.

Metodologia

Esse trabalho é um estudo de natureza qualitativa, bibliográfica, pautada no enfoque de pesquisa materialista histórico dialético (Triviños, 2009), uma vez que surge de mudanças oriundas da esfera política e que vem sendo impostas a toda a sociedade. Assim, analisa-se os textos que embasam a Nova BNCC, o contexto político brasileiro no momento em que ela era elaborada, bem como os agentes que influenciaram em sua elaboração e célere aprovação.

Para desnudar essas intencionalidades presentes na elaboração desses textos legais, a pesquisa foi centrada na Análise de Discurso da Escola Francesa (AD). Os conceitos da AD, aqui utilizados, foram difundidos pelo autor Michel Pêcheux, bem como pela linguista Eni Puccinelli Orlandi. Orlandi (1999) considera que todo o discurso traz consigo um caráter ideológico e anterior ao próprio discurso, indo além do que está escrito e buscando seus significados na história.

A escolha metodológica foi bastante natural tendo em vista os objetivos desse artigo, já que a AD trabalha com a união de três áreas: Linguística; Marxismo e Psicanálise, como explica Orlandi

(1999):

Se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (Orlandi, 1999, p.20).

Desta confluência entre Linguística, Marxismo e Psicanálise surge a AD, na qual o objeto é o próprio discurso. Entretanto, discurso não pode ser entendido como simples transmissão de informação, é algo muito mais complexo “Estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido” (Pêcheux; Fuchs, 1975, p.172).

Assim sendo, os efeitos de sentido são construídos dentro do contexto social e histórico, quanto aos sujeitos na elaboração discursiva, não se tem possibilidade de desvinculação deles das suas ideologias. Em se tratando dos sujeitos do discurso -A e B- Pêcheux afirma que são “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Pêcheux, 1975, p.81), tratando-se, portanto, de posições sociais, assim sendo, é possível compreender que a AD deve levar em consideração também as posições sociais dos interlocutores. Uma das principais forças na elaboração, aprovação e imposição da nova BNCC é o Movimento Pela Base, que, como veremos nas próximas seções, é composto por figuras influentes do empresariado brasileiro, é de suma importância desvendar os interesses que esse grupo defende quando o assunto é a educação oferecida à sociedade brasileira.

O Contexto Histórico no Período das Mudanças nas Leis que Regem a Educação Brasileira de Nível Médio

Desde 2013, quando aconteceram as manifestações oriundas, em princípio, pelo aumento na tarifa do transporte público em São Paulo, a estabilidade política do Brasil começou a estremecer. As manifestações começaram a se espalhar pelo território nacional, as pautas acabaram sendo ampliadas e o país ficou visivelmente dividido. Nas eleições de 2014, dois projetos de governo bastante distintos foram ao 2º turno, a coligação liderada por Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), venceu o pleito por uma margem pequena de votos.

O candidato derrotado, Aécio Neves, não aceitou tranquilamente o resultado das urnas e pediu recontagem e auditoria dos votos, lançando uma desconfiança em parte do povo brasileiro. Nesse cenário difícil, o PT iniciou seu 4º mandato consecutivo, desagradando uma parte da população, principalmente os detentores dos meios de produção do capital, a partir daí, começou, já no início do mandato, um processo que acabaria culminando no golpe antidemocrático que o país enfrentou, como explica Braz (2017):

A farsa evidenciou-se na peça jurídica que embasou o processo de impedimento da presidente, claramente forjada para tornar “crime de responsabilidade” alguns atos de governo (créditos suplementares envolvendo instituições do Estado) praticados na gestão. Tratou-se de uma operação claramente política voltada, exclusivamente, para suspender o mandato de Dilma Rousseff (Braz, 2017, p. 88).

Para que um golpe democrático seja efetivado, é preciso um grande investimento, é um jogo financeiro e de negociações políticas com parlamentares que precisam ser corrompidos e também uma forma midiática de controlar a opinião pública, Ramos e Frigotto (2016) trazem reflexões muito

importantes que ajudam a compreender esses mecanismos:

As duas ditaduras e os diversos golpes institucionais ao longo do século XX se impuseram para manter os privilégios da classe burguesa brasileira que Florestan Fernandes denominou como uma ‘minoría prepotente’. Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro, o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. ‘ Não há reforma que concilie uma minoría prepotente a uma maioria desvalida’ (Fernandes, 1977, p. 245). Três décadas depois do fim da ditadura empresarial militar há um novo golpe para manter os interesses e privilégios desta minoría prepotente. A PEC 55 é a tradução material em nome de quem e para que foi construído e deflagrado mais este Golpe de Estado. Esse é, pois, o traço mais profundo do que se reitera nas ditaduras e nos golpes na nossa história (Ramos; Frigotto, 2016, p. 34).

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da qual Ramos e Frigotto alertam, é a proposta de teto dos gastos, já aprovada e convertida na EC (Emenda Constitucional) 95, impõe teto aos gastos públicos em saúde, educação e segurança, por exemplo. Aprovada logo depois da Reforma do Ensino Médio, o que comprova que investir em melhorias reais na educação não era a real intenção do governo federal, uma vez que, para essa área, apresentaram uma lei que impôs teto de gastos.

Dentro da minoría prepotente da qual Florestan Fernandes trata, encontram-se os donos das grandes mídias, os quais ajudaram muito na consolidação do golpe e na implementação das políticas reformistas. O povo passou a temer o nervosismo do Mercado, e os investimentos na área de educação, saúde e segurança passaram a ser vistos como “gastos públicos” que deveriam ser contidos.

Dagnino (2004 p.156) traz uma importante explicação sobre como o discurso sobre Mercados consegue manipular a opinião pública: “Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania”. Sendo assim, o Mercado passa a ser encarado como uma entidade digna de devoção, já que passa a ser mostrado como a salvação para as mazelas sociais.

Assim sendo, inclusive na Educação, o Mercado passa a ser visto como solução para todos os problemas. Apple (2015) chama atenção para o discurso de despolitização dos mercados, tidos como neutros e capazes de garantir a meritocracia. Essa tendência de mercado neutro e também autorregulado é própria da ideologia neoliberal, muito fortalecida no nosso país no período pós-golpe. Bem como a ideia de meritocracia, que coloca os indivíduos como iguais nas disputas do mundo capitalista, como se não houvesse um abismo de oportunidades entre as diferentes classes na nossa sociedade.

Conforme a ideologia neoliberal, deve ser dada ao cidadão a responsabilidade por seu próprio bem-estar social, tornando o indivíduo um empreendedor de si mesmo, tal visão auxilia na retirada de responsabilidades do Estado, que é justamente a fonte do poder dado ao mercado. Essa ideia de transformar o cidadão em um empreendedor de si mesmo está por trás da Reforma do Ensino Médio, e também da formulação da nova BNCC.

A Reforma do Ensino Médio fortalece ainda mais aquilo que Apple (2015, p.608) chamou de “cultura da auditoria”, as avaliações externas que devem quantificar a aprendizagem dos alunos por meio de provas feitas por organismos de fora da escola. Sendo assim, os currículos passam a ser montados de acordo com o que tais avaliações vão cobrar, quem acaba, então, decidindo o currículo das escolas são as entidades que aplicam essas provas. As notas das escolas são publicizadas, dessa forma, acabam sendo criados estigmas em determinadas instituições de ensino nas quais os alunos não apresentam um desempenho considerado satisfatório.

Ao exporem as notas de provas objetivas, não se levam em consideração fatores que certamente influenciam na aprendizagem dos alunos, como as condições financeiras que implicam,

por exemplo, em acesso diferenciado à cultura e às tecnologias; a escolaridade familiar que também influencia na ajuda extra-classe que aquele estudante receberá; nem as condições de habitação e alimentação às quais eles têm acesso. O que fica é o estigma da “escola boa” e da “escola ruim”, “bons professores” e “maus professores”, “alunos capazes” e “alunos incapazes”.

Numa cultura que adentra cada dia mais na visão do empreendedorismo na educação, esses estigmas acabam trazendo a ideia da escola na qual vale a pena investir e da escola na qual não vale a pena investir. Os alunos que são “um bom negócio” e os alunos que são “um mau negócio”. Essa situação é comprovada a partir da distribuição de recursos financeiros do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) que atrela essa distribuição ao desempenho dos estudantes nas avaliações externas.

A Reforma do Ensino Médio, aprovada no governo de Michel Temer, trouxe consigo também um financiamento externo, o governo brasileiro realizou um empréstimo com o Banco Mundial, empréstimo esse que será pago com juros pelo governo brasileiro, mas que além do pagamento da dívida exige que o país tenha maior alinhamento com o que essa instituição preconiza.

Deitos (2005, p.207) já alertava sobre esses financiamentos externos “o processo de financiamento externo engendra relações e determinações econômicas, políticas e ideológicas, nacionais e internacionais, alimentando as trocas comerciais e o processo de acumulação de capital”. Assim sendo, pode-se perceber que a reforma realmente serve à manutenção do poder hegemônico

Michel Temer era o candidato a vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff, porém, ao assumir a presidência, fez uma ruptura com o projeto político aprovado pela população nas urnas e com o qual ele havia sido eleito. Num comparativo da “Ponte para o futuro”¹ apresentada por Temer para demonstrar como seria seu mandato, é possível perceber muitas semelhanças com o projeto de governo que Aécio Neves trazia nas eleições de 2014², a Reforma do Ensino Médio proposta pelo candidato derrotado em 2014, em especial, é praticamente igual àquela que foi apresentada na primeira MP, redigida por Michel Temer. O que permite concluir que se trata de uma política que agrada a um determinado grupo e não do interesse da população em geral.

A Aprovação da BNCC

Durante nossas trajetórias profissionais, como professoras de língua portuguesa, temos a compreensão de que o currículo deve ser encarado como um Norte, uma diretriz que visa a dar suporte para traçar um percurso em nossas aulas. Aulas essas que visam, além do ensino da variedade padrão da língua, auxiliar o estudante a atingir uma educação emancipatória, ou seja, que possibilite a formação de um cidadão capaz de desenvolver e lutar pelo pleno exercício de sua cidadania, um sujeito consciente e crítico. A palavra diretriz, era, até pouco tempo atrás, a expressão oficial para esse suporte curricular, as DCN(s), Diretrizes Curriculares Nacionais, abaixo citamos a introdução do documento, no qual encontramos o objetivo dele:

I. sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola (Brasil, 2013, p.7).³

Desde a aprovação da BNCC, em 2018, entretanto, houve uma mudança nessa visão, uma vez que, conforme observamos na introdução do novo documento:

1 Disponível em: http://pmdb.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 10/03/2023.

2 O documento pode ser comparado acessando o seguintes site disponível em: https://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf. Acesso em 10/03/2023.

3 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 14/03/2023.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)⁴.

A partir da aprovação da BNCC, aconteceu uma imposição de conteúdos, como se pode observar pela diferença semântica da apresentação dos documentos, enquanto as diretrizes traziam “orientações que contribuam para assegurar a formação básica”, a BNCC é “um documento de caráter normativo” também observamos o caráter impositivo pela escolha do verbo “DEVEM” que é usado na BNCC.

Sendo o Brasil um país continental, termos uma base comum obrigatória pode ser considerado uma contradição, segundo Paulo Freire, uma educação libertadora seria capaz de criar criticidade no estudante, a educação pautada na simples exposição de conteúdos, chamada pelo autor de educação bancária, não costuma trazer uma aprendizagem significativa, sendo assim, é um processo que não é efetivo para a compreensão dos alunos.

É possível perceber que um currículo, portanto, deveria trazer orientações e não uma imposição, como o faz a nova BNCC, afinal o Brasil é um país muito grande, com profundas diferenças culturais. Também somos um país que, infelizmente, é marcado por uma desigualdade social muito acentuada, tentar homogeneizar um currículo, pode trazer uma exclusão profunda para as crianças e jovens que já vivem em situação de exclusão por vulnerabilidades sociais.

Silva (2011 p. 11) traz considerações sobre o que seria uma teoria de currículo, segundo esse autor, “teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo que cronologicamente, ontologicamente, a precede” Nesse sentido, o currículo não seria algo a ser produzido e sim algo pré-existente. Assim, percebemos a problemática nessa nomenclatura de Teoria de Currículo, já que ela não apenas descreve, ela também está na produção dos textos.

Como se sabe, nesse campo, nada é desinteressado, a expressão “teoria de currículo” parece retirar o processo de criação e passar à simples descoberta. Para esse autor a expressão mais adequada seria “discurso de currículo”. Mas como a nomenclatura já está bastante fixada, continua sendo usada, entretanto é relevante refletir sobre suas implicações.

Um currículo é formado pela escolha de saberes entre muitos existentes, alguns são privilegiados, outros são desconsiderados. Esse documento é montado arbitrariamente, não é algo que existe e simplesmente é descoberto, como nos alertou Silva, por isso seguir uma BNCC não significa andar pelo único caminho possível, entretanto, atualmente, é normativo, a liberdade pedagógica acaba sendo suprimida por essa imposição.

Da Silva (2018) alerta para a proximidade entre a visão de Currículo trazida na BNCC com as teorias defendidas nos governos brasileiros da década de 90. A autora critica a pedagogia baseada em competências, resgatada na BNCC, segundo ela, essa visão se mostra limitada já que apresenta um caráter pragmático e a-histórico. Da Silva (2018) também traz importantes reflexões sobre a produção curricular externa à escola e ao professor:

O caráter prescritivo do currículo, pensado e proposto *do lado de fora da escola*, afirma a dimensão autoritária dos enunciadores do discurso oficial e reitera uma perspectiva

⁴ Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14/03/2023.

tradicional de proposição curricular: encontrar-se-ia na *teoria*, na *intenção*, no *currículo prescrito*, as saídas para os problemas da escola. Apenas alguns iluminados detêm esse conhecimento, mas, democraticamente, irão socializá-los. Aos professores, torna-se suficiente, e necessário, se esforçarem e passarem a se guiar pelo novo discurso. Verifica-se um profundo desrespeito pela condição do professor, que é tomado como incapaz de exercitar a análise e a crítica. Dada essa suposta incapacidade, outros pensarão e proporão por ele. Esse foi o procedimento da reforma curricular da década de 1990 e retomada no contexto da Lei 13.415/2017 e sua BNCC (Da Silva, 2018, s/p).

Observamos, portanto, que o professor passa a ser um mero transmissor de conhecimentos escolhidos por terceiros, enquanto o professor perde o protagonismo no seu planejamento, muitas outras entidades acabam ocupando esse lugar privilegiado. Organizações como Itaú Social, Fundação Paulo Lemann, Fundação Sicredi, Sincroniza Educação (cujo principal financiador é a empresa Apple) aparecem com diversos cursos de formação de professores para introdução da BNCC pelo país inteiro.

Assim, a ideologia mercantil para os currículos vai se difundindo rapidamente pelo país. E a teoria curricular tradicional se perpetua, cada vez mais hegemônica nos espaços educacionais.

As três principais correntes de teorias curriculares são: tradicional; crítica; e pós-crítica. Em 1918, foi lançada a obra *The Curriculum*, de Bobbitt, na qual é apresentada a teoria Tradicional, baseada na administração científica taylorista nos seguintes termos “No discurso curricular de Bobbitt, pois, o currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados” (Silva, 2011, p.12).

A teoria Tradicional replica, na escola, a administração fabril, ela surgiu num momento em que os grupos percebiam o poder da escolarização, já que ela estava se massificando, ou seja, não seria mais um privilégio das elites, portanto diversos grupos passaram a tentar influenciar na educação, já que a mão-de-obra passaria pela escola.

A BNCC foi montada sob forte influência do MPB (Movimento Pela Base) um grupo que se fortaleceu muito a partir de 2013, como nos mostram Andrade, Piccinini e Neves (2017):

A partir dos anos 2013, a reivindicação e a organização de um “novo” movimento de recriação de um currículo nacional com perspectivas a homogeneização curricular, não inédita, mas sem precedentes em relação ao volume de mobilizações e atores envolvidos no processo. Tomando as rédeas de condução do processo, além do MEC – via comitê gestor – encontramos o expoente do reformismo da educação básica: O Movimento pela Base Nacional Comum (Andrade; Neves; Piccinini, 2017, p. 5).

Ainda na mesma obra, essas autoras nos atentam para a forte influência do empresariado nesse movimento:

No foco das disputas está o movimento “partido” reconhecido como MPB na colaboração para a construção do currículo nacional. Identificamos que os articuladores do Movimento são organizações do terceiro setor e instituições privadas, representantes de banqueiros e empresários (como a Fundação Lemann), com grande articulação com políticos e acadêmicos (Andrade; Neves; Piccinini, 2017, p. 7).

No trecho acima, as autoras aproximam esse movimento de um partido, haja vista a força política que ele possui. A educação a serviço da simples formação de mão-de-obra vai de encontro ao ideal de uma educação emancipatória, entretanto, o empresariado costuma ver na educação

da classe trabalhadora uma possibilidade de formação de um tipo de funcionário. Essa visão acaba auxiliando a mercantilização da educação. A teoria curricular que se encaixa na visão mercantil é a teoria tradicional, que também se inclui na educação bancária da qual nos falava Paulo Freire.

A suposta neutralidade da teoria tradicional, na verdade não é neutra, é a manutenção do status quo, mantém “as coisas como são”, ou seja, não tenta superar as desigualdades sociais, essa suposta neutralidade, portanto, fomenta a manutenção do poder hegemônico⁵. A teoria tradicional é a que melhor serve ao objetivo de manter as desigualdades já que não traz criticidade para a educação. A pedagogia crítica, no entanto, seria capaz de fortalecer o ideal da educação contra hegemônica:

A pedagogia crítica – tradição radical ou tradições radicais que buscam interromper o domínio de classe, raça e gênero na política e na prática – não pode e não irá ocorrer no vazio. A menos que nós, honestamente, enfrentemos essas transformações profundamente direitistas e pensemos taticamente sobre elas, vamos obter pouco efeito, quer na criação de um senso comum contra hegemônico, quer na construção de uma aliança contra hegemônica (Apple, 2005, p.609).

Dessa forma, torna-se compreensível que o empresariado brasileiro incentive um currículo pautado na pedagogia tradicional, a manutenção da hegemonia perpetua os privilégios aos já privilegiados. Entretanto, para uma sociedade mais igualitária, é necessária a luta por uma escola verdadeiramente inclusiva e capaz de oferecer resistência contra as tão profundas desigualdades sociais que nosso país apresenta.

Como afirmou Apple, em 2003, quando escreveu esse artigo no qual analisava as políticas reformistas em diferentes países, inclusive no Brasil, é necessário enfrentarmos as reformas direitistas para lutar por um senso comum contra hegemônico. Cabe ressaltar que no Brasil pós-golpe houve um recrudescimento ainda maior nessa visão mercantil dada à educação.

As Teorias de Currículo

Além da teoria curricular tradicional, desenvolvida por Bobbit ainda em 1918 e amplamente usada até a atualidade, temos a teoria Crítica e pós-Crítica. Uma teoria Crítica fomentaria uma educação contra hegemônica, trazendo ao estudante uma criticidade maior, uma capacidade de se perceber na condição de trabalhador em um mundo de injustiças, justamente o que poderia colocar em risco esse status *quo*. Tal consciência iria ao encontro dos anseios daqueles que hoje se encontram no poder e que têm se mostrado tão dispostos a lutar por uma “educação de qualidade” (aqui surge um questionamento retórico: qualidade para quem?).

Hoje é possível encontrar um currículo pautado na teoria Crítica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008. O advento dessas instituições trouxe consigo uma proposta pedagógica singular, um currículo integrado, com uma proposta que visa a formação para o trabalho em uma perspectiva ontológica, como vemos no trecho abaixo:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e o cultura na perspectiva da emancipação humana deve ser um dos objetivos fundantes dos Institutos. Sua orientação pedagógica recusará o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico e na formação profissional mais abrangente e flexível voltada para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios, em um profissionalizar-se mais amplo que abra infinitas possibilidades de reinventar-se

⁵ Hegemonia foi usada na acepção desenvolvida por Gramsci e traduzida por Johnson como: “podemos dizer que a hegemonia é um conceito que se refere a uma forma particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo” (Johnson 1995, p.123).

no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas. Temos de construir uma instituição inovadora ousada com um futuro em aberto e capaz de ser um centro irradiador de boas práticas, articulando-se com as redes públicas de educação básica (Pacheco, 2011, p. 15).

Essa busca pela educação emancipatória, um desenvolvimento pleno de uma visão crítica para o estudante, é inovador, uma vez que essa criticidade não é fomentada nos currículos tradicionais, assim sendo, podemos inferir que os Institutos Federais surgem com uma proposta de teoria crítica para seus currículos. Um currículo pautado na busca por uma educação contra hegemônica, como podemos ver no excerto abaixo:

Esse lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige uma outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos (Pacheco, 2011, p.26).

A educação para a classe trabalhadora deveria ser pautada em princípios de superação das mazelas sociais, ou seja, uma educação para beneficiar a classe trabalhadora, já que a grande massa de brasileiros encontra-se nessa classe. Os Institutos Federais são considerados referência de qualidade na educação, com bons desempenhos inclusive em avaliações externas, como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), entretanto, a Reforma do Ensino Médio não apresenta espaço para um currículo semelhante ao adotado nesses institutos, já que os alunos terão de optar por determinados itinerários formativos, deixando, assim, de ter acesso a determinados conhecimentos.

A BNCC homologada em dezembro de 2017 traz um currículo que não dialoga com as necessidades dos trabalhadores brasileiros, mas sim, satisfaz as necessidades e vontades dos detentores do Capital, fomenta a formação de uma mão de obra minimamente qualificada, capaz de cumprir com as demandas de mercado, porém resignada com as injustiças e limitada por uma educação que não visa a emancipação humana.

Um currículo crítico luta contra as desigualdades sociais, Conforme Silva (2011, p.30) “as teorias tradicionais eram teorias de aceitação, ajuste e adaptação. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical.”

As teorias pós-críticas vão além das diferenças sociais uma vez que abordam o multiculturalismo, as diferenças sexuais, étnicas, raciais também entram em pauta. Porém é importante ressaltar que a teoria pós-crítica não deve ser vista como superação da teoria crítica e sim como um complemento, como afirma Silva (2011):

A teoria pós-crítica deve se combinar com a teoria crítica para nos ajudar a compreender os processos pelos quais, através de relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder (Silva, 2011, p.147)

É importante compreender o currículo como um espaço de luta de poder, na história recente, especialmente a partir de 2013, temos visto uma articulação muito forte do empresariado para influenciar nos currículos escolares, a BNCC de 2017 é a materialização do poder desse bloco. Sacristán (2000) chama atenção para a orientação seletiva dos currículos:

A escola em geral, ou um determinado nível educativo ou tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles

se refletem no currículo. Esse sistema se compõe de níveis com finalidades diversas e isso se modela em seus currículos diferenciados. As modalidades de educação num mesmo intervalo de idade acolhem diferentes tipos de alunos com diferentes origens e fim social e isso se reflete nos conteúdos a serem cursados em um tipo ou outro de educação (Sacristán, 2000, p.17).

Levando em consideração as reflexões de Sacristán, percebe-se que é bastante problemático impor uma mesma base para um país tão desigual. Na reforma do Ensino Médio e na nova BNCC são privilegiados conhecimentos para a simples formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, haja vista que a área das ciências humanas, por exemplo, tornou-se um dos itinerários formativos, perdendo carga horária importante, esse eixo do saber costuma fomentar a criticidade e não será ofertado igualmente no país.

A educação está perdendo o sentido integral e tornando-se um local de aprimoramento da mão-de-obra que o mercado deseja, a sociedade brasileira perde com isso, quem ganha é apenas a camada mais rica da população, talvez aí esteja a explicação para o Movimento pela Base se esforçar tanto em aprovar a BNCC, já que é um movimento composto e financiado pelo empresariado brasileiro.

Seria inocência acreditar que os donos dos meios de produção do capital estariam interessados em fomentar a criticidade na classe trabalhadora, já que de uma população a-crítica é bem mais fácil extrair mais-valia da força de trabalho. A retirada da obrigatoriedade de certas disciplinas na Reforma de Ensino Médio retrata o desejo da formação de uma mão-de-obra resignada com a exploração.

Resultados Obtidos

Por meio da pesquisa percebemos a forte mobilização do empresariado brasileiro para influenciar na educação dos nossos jovens. A articulação pela aprovação e imposição de uma BNCC pelo Movimento Pela Base (grupo composto por figuras importantes do empresariado brasileiro) nos comprovam o interesse dos detentores dos meios de produção do capital em interferir na educação oferecida à população brasileira.

A Reforma do Ensino Médio foi imposta à população por meio de um ato autoritário e monocrático, a MP 746/2016, num momento pós-ruptura democrática, sem o debate com a sociedade civil, ou seja, a voz do povo não foi ouvida. Em dezembro de 2017, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, em dezembro de 2018 foi homologada a BNCC do Ensino Médio com forte campanha do MP para acelerar a sua produção e implementação.

Impor uma BNCC ao vasto e diverso território Nacional pode causar prejuízos à educação, uma vez que tal documento ignora o abismo social que existe no país. A formação para o Trabalho foi uma preocupação visível na reforma de ensino e está presente também na redação da BNCC, entretanto não se trata de uma visão ontológica⁶ da categoria trabalho, o que se vê são empresários agindo para que a educação, em especial na etapa de Ensino Médio, seja um lugar para aperfeiçoar a mão-de-obra da qual o mercado imediatista necessita.

Dessa forma, a educação passa a estar a serviço da visão neoliberal, os currículos não são críticos, a formação, dessa maneira, será rasa, não fomentando o pensamento reflexivo. Esse tipo de educação acaba favorecendo a manutenção da hegemonia, ou seja, não incentiva a superação das desigualdades sociais. Dificilmente os privilegiados, aqueles que detêm os meios de produção do Capital, lutariam para superar um sistema que os beneficia, a configuração do ensino médio pós-reforma e a imposição dessa BNCC nos comprovam isso.

⁶ Uma visão ontológica da categoria Trabalho é uma teoria trazida por Marx na qual o Trabalho é categoria fundante do ser social, uma condição natural eterna da produção da vida em sociedade.

CONCLUSÕES

A partir das reflexões trazidas ao longo deste artigo, é possível perceber que a nova BNCC traz um currículo pautado pela teoria tradicional, ou seja, que não dialoga com a diversidade cultural e social do Brasil, tal prática pode prejudicar ainda mais a camada mais vulnerável da população. É importante ressaltar, também, que a escolha de itinerários formativos, apresentada na Reforma do Ensino Médio, limita o conhecimento que será fornecido aos jovens, principalmente nas escolas públicas que terão um número limitado de itinerários oferecidos.

Um currículo único, que não fomenta criticidade e não dialoga com a diversidade social e cultural, tende a deixar a aprendizagem mais distante da realidade do aluno, assim sendo, menos significativa. O que pode acarretar no desinteresse da população pela escola, e esse fenômeno é devastador para a superação das mazelas sociais.

A educação é uma das áreas mais importantes de uma sociedade, é através dela que um país pode se desenvolver com equidade, entretanto esse interesse não costuma ser uma preocupação de quem está na parte de cima da pirâmide social, os detentores do capital financeiro, que tanto investiram para promover as mudanças de ensino e a implementação dessa nova base, advogam em causa própria.

Lutar por uma educação de qualidade, capaz de superar as injustiças sociais é um dever da comunidade acadêmica, esse trabalho foi uma tentativa, como estudantes e como professoras, de fomentar o debate e promover um pouco de consciência sobre a importância da educação na sociedade e de tentar trazer à luz o modo como ela vem sendo usada para manter os privilégios da “minoría prepotente”, como chamou Florestan Fernandes, dos detentores do capital.

Referências

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Corrêa das; PICCININI, Cláudia Lino. **Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional**. Colemarx, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado** – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Trad. Gilka Leite Garcia, Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael W. Produzindo Diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 606–644, 2016. DOI: 10.26512/lc.v21i46.4684. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684>. Acesso em: 8 jul. 2023.

BRASIL. Portaria nº 733, de 16 de Setembro de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 16/09/2021. Ed 177, Seção 1. Pg 53 Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Portaria nº 521, de 13 de Julho de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 13/07/2021. Ed 131, Seção 1. Pg 47. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 17/02/2017. ANO CLIV, nº 35. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em 16 jan. 2023.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Diário Oficial da União**, 23 set. 2016. seção 1. Pg.1-2. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/09/2016&jornal=1000&pagina=1>. Acesso em 23 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/ CEB nº 03/2018. **Diário Oficial da União. Brasília**, DF. 22/11/2018. Edição: 224. Seção: 1. Página: 21. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em 16 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Brasília, DF. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 17 jan. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01/2021.. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 06/01/2021. Ed 3. Seção 1. Pg 19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 17 jan. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4/2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 18 de dezembro de 2018, Seção 1, pg. 120 a 122. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file#:~:text=Institui%20a%20Base%20Nacional%20Comum,%2FCP%20n%C2%BA%2015%2F2017>. Acesso em 17 jan. 2023.

BRASIL. Portaria nº 1432/2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 05/04/2019 | Edição: 66. Seção:1 Página: 94. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

DEITOS, Roberto Antônio. **O Capital Financeiro e a Educação no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Unicamp, Campinas, 2005.

NEVES, Aécio; NUNES, Aloysio. **DIRETRIZES GERAIS PLANO DE GOVERNO AÉCIO NEVES e ALOYSIO NUNES 2014-2018**. COLIGAÇÃO MUDA BRASIL, 2014 disponível em: https://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf Acesso em 10 fev. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Freire, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse

de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. (1999). **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et Alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1988

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, v. 16, n. 70, p.30-48, dez. 2016

DA SILVA, Mônica. Ribeiro. **A Bncc da Reforma do Ensino Médio**: o resgate de um Empoeirado Discurso. Palavra Aberta. **Educ. rev.**, n. 34, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>. Acesso em 25 set. 2023.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Ernani F. da F. Rosa, v.3, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

Recebido em 23 de janeiro de 2023.
Aceito em 30 de junho de 2023.